

Femicídio - Algemas (in) visíveis do público privado

Suely Souza de Almeida

Rio de Janeiro, Editora Revinter, 1997

por Maria Raquel Pereira Borges¹

A leitura atenta do livro em questão permite perceber a rica contribuição que o mesmo traz ao debate sobre relações de gênero, classe e raça/etnia. A autora utiliza-se de uma vasta literatura nacional e internacional, visando a uma interlocução conceitual que ilumine e dê visibilidade a processos que situam, historicamente, o feminino numa condição de subordinação nas complexas relações sociais, mantendo um controle sobre o corpo das mulheres. A trajetória percorrida por Almeida é de denúncia das desigualdades de gênero e das dificuldades de rompê-las, considerando a potencial persistência da cultura do patriarcado na formação de valores, idéias e representações na sociedade.

As desigualdades de gênero expressam-se claramente na concepção da sociedade dicotomizada em públicoXprivado. As consequências dessa dicotomização refletem-se na esfera dos direitos humanos que são compreendidos no domínio público e político, significando, para as mulheres, uma associação ao âmbito privado e pessoal. Portanto, há um distanciamento das relações atravessadas pelo gênero das lutas por direitos civis, revelando o caráter existente das relações.

Investigando o campo da violência, especificamente o da violência doméstica, em 29 processos - crimes, a autora busca situar o embate públicoXprivado e a alocação masculino e feminino, respectivamente, às suas análises acerca do tratamento dado à violência doméstica no nível jurídico. E, ainda, como este retraduz um determinado campo de forças, estabelecendo mediações para o exercício do poder. Nesse contexto, a

¹ Mestranda em Serviço Social pela PUC/RIO.

categoria femícidio, enquanto uma categoria internacionalmente utilizada para denunciar o controle sobre a mulher, até mesmo de sua própria vida/morte, é recuperada neste livro a fim de revelar uma política deliberada de dominação do gênero feminino, mediante a ausência de uma política efetiva de combate à violência doméstica no Brasil.

As análises sobre a dominação de mulheres, a partir do material investigado por Almeida, fornecem elementos que caracterizam mulheres pertencentes à faixa etária jovem e em conflitos conjugais. Além disso, possibilitaram à autora trabalhar com a hipótese de um determinado campo de forças no qual as mulheres estariam inseridas, favorecendo a violência. Ou seja, existem particularidades das relações fundamentais que tornam determinados grupos de mulheres mais expostos à violência, e que integrantes de classes populares, em condições materiais adversas e vivendo relações antagônicas de gênero/raça.

Ao longo do seu livro, Almeida sustenta um sujeito múltiplo, constituído em gênero, classe e raça/etnia, situado num contexto de campo de forças que é heterogêneo. Portanto, as diferenças nesse campo heterogêneo precisam ser explicitadas para que as desigualdades sejam combatidas. A luta por igualdades de direitos supõe, então, a luta contra as desigualdades historicamente inscritas na práxis social.

O texto contém dados resultantes não somente da pesquisa sobre atendimento social e jurídico à violência doméstica. A análise revela, também, que na omissão e na ausência de uma legislação sobre a questão da violência de gênero, há um consenso social e profissional fundado em desigualdades, discriminações e preconceitos, arrolados num profundo desconhecimento da realidade. Assim, a autora conclui argumentando a necessidade de alteração desse quadro através do conhecimento das bases de formação da nossa sociedade, enquanto elemento prioritário no combate à violência doméstica, tratando-a como uma questão política e pública na luta por estabelecer relações democráticas.

Os pintores que desejam fazer arte social e que amam a beleza da pintura em si mesma, são os que não se esquecem de que estão neste mundo cheio de injustiças para formar fileiras ao lado do povo, auscultando-lhes os anseios. O pintor social acredita ser o arauto do povo, o mensageiro dos seus sentimentos. É aquele que deseja a paz, a justiça e a liberdade. É aquele que acredita que os homens podem participar dos prazeres do Universo. Ouvir o canto dos pássaros. Ver as águas dos rios que correm fecundando a terra. Ver o céu estrelado e respirar o ar das manhãs sem chuva. Sem nenhum outro pensamento senão o da fraternidade e da paz. Homens vivendo num clima de justiça. Onde não haja homens sem direitos. Onde não haja mães chorando e velhos morrendo ao relento.

Candido Portinari

